

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO

DIREITO TRIBUTÁRIO

Objetivo do Curso

Proporcionar uma visão unitária da ciência do direito, qualificando o indivíduo a redimensionar o direito tributário, financeiro e econômico de modo a melhor relacionar-se com o direito privado e o direito processual, tanto no seu aspecto teórico, quanto na dimensão prática.

Fundamentação

O curso de Pós-Graduação “lato sensu”, está estruturado de acordo com a Resolução nº **06/2007-CS/FAMETRO**, do MEC/CNE/CES.

Caracterização do Curso

Carga Horária: 360 horas

Duração: 18 ou 12 meses.

Tipo: Especialização

Público Alvo

Portadores de diplomas que atuem na área tributária ou desejem atuar.

Estrutura Curricular – 18 meses

	Disciplinas	C.H.	EMENTA
Módulo 1	COMPORTAMENTO HUMANO NAS ORGANIZAÇÕES	24h	Apresentações & Expectativas; Entendendo a cultura/clima da organização; bem-estar no trabalho, tomada de decisões; capital psicológico no trabalho; cidadania organizacional; configuração do poder organizacional; conflito-trabalho e família; conflito no ambiente organizacional, engajamento no trabalho; estilo de liderança; Trabalho em equipe e socialização organizacional; Personalidade e Emoção; Segurança da Informação.
	ÉTICA E RESPONSABILIDADE SOCIAL	24h	Ética: conceito. Ética e Cultura. Responsabilidade Social: conceito. Gestão Social. Ética nos negócios. Benefícios derivados da ética e da responsabilidade social. Criação de um ambiente de trabalho ético e socialmente responsável. Código de Ética.
	METODOLOGIA DA PESQUISA CIENTÍFICA – I	24h	A ciência e seu método. Introdução ao pensamento científico. A importância do ato de ler. O estudo de textos teóricos. A pesquisa científica: técnicas básicas, importância e tipos. O trabalho científico: tipos e elementos constitutivos. Normalização técnico-científica. O projeto de pesquisa. A Normatização de Trabalhos Acadêmicos.
	SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL	24h	O fundamento do ordenamento jurídico brasileiro está localizado na Constituição Federal, sendo assim, o estudo do Sistema Tributário Nacional, do exercício do Poder de Tributar pelas pessoas políticas que integram o Estado Federal e suas competências de modo a compreender a lógica da relação jurídico-tributário é fundamental para a aplicação concreta dos instrumentos legais.

	TEORIA GERAL DO DIREITO TRIBUTÁRIO	24h	O Direito Tributário como ramo do Direito Público disciplina a relação jurídica tributária estabelecida entre o Estado (sujeito ativo) e o contribuinte ou responsável (sujeito passivo). O estudo desta relação jurídica desde a análise do tributo e suas espécies bem como as conseqüências decorrentes da relação tributária estabelecidas nos institutos da legislação, obrigação, crédito e administração tributárias são fundamentais para a compreensão da temática tributária.
	CONTABILIDADE TRIBUTÁRIA	24h	O estudo da contabilidade tributária tem como objetivo investigar os conceitos e princípios empregados nos empreendimentos tanto por pessoas físicas como pessoas jurídicas no intuito de uma melhor compreensão e aplicação das normas jurídicas tributárias.
Módulo 2	IMPOSTOS DA UNIÃO	24h	O imposto de importação e o imposto de exportação têm assumido uma importância muito significativa no Direito Tributário Nacional em função; sobretudo, da sua natureza extra fiscal sendo o seu estudo fundamental para a compreensão do fenômeno tributário decorrente das relações do comércio internacional. A disciplina procura analisar o contexto constitucional e infraconstitucional dos referidos tributos, sua incidência, sujeitos ativo e passivo, bem como as principais discussões decorrentes da relação jurídico tributária onde se enquadram. O imposto sobre as operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários, o imposto sobre a propriedade territorial rural e o imposto sobre grandes fortunas e também as contribuições especiais interventivas e corporativas inseridas na competência tributária da União demandam a formação de inúmeras relações jurídico tributárias com as peculiaridades que caracterizam tais espécies tributárias.
	IMPOSTOS DOS ESTADOS E DISTRITO FEDERAL	24h	O imposto sobre a transmissão causa mortis e doação, o imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação e o imposto sobre a propriedade de veículos automotores estão inseridos na competência impositiva dos Estados e do Distrito Federal e representam uma das fatias mais importantes da incidência tributária no Estado Brasileiro. A disciplina procura analisar o contexto constitucional e infraconstitucional dos referidos tributos, sua incidência, sujeitos ativo e passivo, bem como as principais discussões decorrentes da relação jurídico tributária onde se enquadram.
	IMPOSTOS DOS MUNICÍPIOS	24h	O imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana, o imposto sobre a transmissão inter vivos de bens imóveis e o imposto sobre serviços de qualquer natureza compreendem as relações jurídicas tributárias estabelecidas entre os municípios e os sujeitos passivos da incidência da norma tributária impositiva. A disciplina procura analisar o contexto constitucional e infraconstitucional dos referidos tributos, sua incidência, sujeitos ativo e passivo, bem como as principais discussões decorrentes da relação jurídico tributária onde se enquadram.
	DIREITO PREVIDENCIÁRIO E CONTRIBUIÇÕES DA SEGURIDADE	24h	O estudo dos contornos constitucionais do Direito Previdenciário bem como das contribuições para o

	SOCIAL		financiamento da Seguridade Social como as contribuições previdenciárias da empresa e do empregado, a COFINS, o PIS, a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido e a contribuição do importador. A disciplina procura analisar o contexto constitucional e infraconstitucional das referidas contribuições, sua incidência, sujeitos ativo e passivo, bem como as principais discussões decorrentes da relação jurídico tributária onde se enquadram
Módulo 3	PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO	24h	O objetivo do planejamento tributário é possibilitar uma economia no que respeita ao pagamento dos tributos. Tal conduta, contudo, deve observar os princípios legais e éticos de modo a não caracterizar crime tributário
	PROCESSO TRIBUTÁRIO ADMINISTRATIVO	24h	A disciplina tem por objeto a análise dos princípios e da teoria geral do processo administrativo tributário e as normas atinentes ao processo administrativo tributário da União, estadual e municipal.
	PROCESSO TRIBUTÁRIO JUDICIAL	24h	A relação jurídica entre o Estado e os contribuintes pode se tornar conflituosa e ensejar a discussão judicial na busca da solução das controvérsias. A disciplina busca analisar as formas de ação judicial empregadas pelo fisco e também pelo contribuinte na defesa dos direitos decorrentes da relação jurídico tributária
	TRIBUTAÇÃO INTERNACIONAL	24h	Em decorrência da globalização as transações no mercado internacional tornaram-se constantes. Institutos como <i>holdings</i> , <i>off shore</i> , <i>on shore</i> , entre outros passaram a constituir objeto do estudo nas relações tributárias internacionais. A disciplina procura analisar os aspectos decorrentes da inserção do tributo nas mais variadas relações internacionais e as conseqüências delas decorrentes.
	METODOLOGIA DA PESQUISA CIENTÍFICA – II	24h	Orientação e desenvolvimento do Trabalho Científico; Apresentação do plano de ensino; Definição e tipologias de artigo científico; Estrutura do artigo científico; Normas técnicas de artigos científicos; Orientações metodológicas de pesquisa científica; Orientações metodológicas para redação científica; Assessoramento individual e em grupo até 3 membros; Coleta dos dados; Análise e interpretação de dados Redação científica; Normas de citação; Apresentação dos resultados; Validação dos dados; Avaliações dos procedimentos metodológicos; Aprovação da pesquisa; Apresentação

Atualizada em 03-2018.

Estrutura do Curso

O curso foi estruturado de modo a atender a Resolução MEC/CNE/CES nº. **01/2018-FAMETRO** e funcionará de forma modular, que permite aos alunos e professores dedicação total à área do conhecimento em pauta e evitando assim, fragmentações e diluições em tempos esparsos.

Bibliografia Básica

GIBSON, James L., et al. Organizações: comportamento, estrutura e processos. São Paulo: McGraw-Hill. 2006. 605 p.
 BARROCO, Maria Lúcia S. Ética: fundamentos sócio históricos. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

CHAUÍ, Marilena. Convite à Filosofia. 13. Ed. São Paulo, Ática, 2003.

MATTAR, J. Metodologia científica na era digital. São Paulo: Saraiva, 2017.

ARAÚJO, José E. C e SILVA, Jules M. P. Queiroz. A Constituição tributária: passado, presente e futuro. 30 anos da Constituição: evolução, desafios e perspectivas para o futuro. Organização: Rafael Silveira e Silva. Brasília, Senado Federal. 2018.

ORAIR, Rodrigo; GOBETTI, Sérgio. Reforma Tributária no Brasil: princípios norteadores e propostas em debate. Novos estudos. CEBRAP. 2018, vol.37, n.2, pp.213-244.

BRASIL. Código Tributário Nacional. Brasília: Congresso Nacional. Disponível em www.planalto.gov.br. Acesso em 15 de Abril de 2016.

ARAÚJO, José E. C. Sistema Tributário como entrave para o desenvolvimento nacional. Cadernos ASLEGIS, Brasília, nº 52 (Mai/Ago 2014), p. 19 – 37. 2017.

BALEIRO, Aliomar; DERZI, Misabel Abreu Machado. Direito tributário brasileiro: CTN Comentado. 14. ed., rev. atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2018. BARRETO

APARECIDO, Silvio. Crepaldi.; SIMÕES, Guilherme. Crepaldi. Direito Tributário Teoria e Prática. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

BALTAZAR JR, José Paulo; ROCHA, Daniel Machado. Comentários a Lei de benefícios (Básica) da Previdência Social: Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 20017.

PAULSEN, Leandro; ÁVILA, René Bergmann; SLIWKA, Ingrid Schroder. Direito processual tributário: processo administrativo fiscal e execução fiscal à luz da doutrina e da jurisprudência. 8. ed. rev. atual. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2014.

Bibliografia Complementar

ROCHA, Sergio André. Processo administrativo fiscal: controle administrativo do lançamento tributário. 4. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

CARVALHO, Paulo de Barros. Direito tributário: linguagem e método. 3ª Edição. São Paulo: Noeses, 2009, Segunda Parte, Capítulo 3, itens 3.3.7 a 3.3.7.4, pp. 762-780.

GIARDINO, Cléber. ISS – competência municipal. Revista de Direito Tributário, n. 32. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1985.

GRUPENMACHER, Betina Treiger. Tratados Internacionais em Matéria Tributária e Ordem Interna. São Paulo: Dialética, 1999.

KOCHE, J.C., Fundamentos de Metodologia Científica: teoria da ciência e iniciação à pesquisa. 34.ed. Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 2015.

RUDIO, Franz Victor. Introdução ao projeto de pesquisa científica. 43.ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2015.

REZENDE, Fernando. Finanças Públicas. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2001.

REZENDE, Fernando. O Financiamento das Políticas Públicas: Problemas Atuais. In: AFFONSO, Rui de Britto Álvares; SILVA, Pedro Luís de Barros (orgs.) A Federação em Perspectiva: ensaios selecionados. São Paulo: FUNDAP, 1995. p. 241-259. RIANI, Flávio. Economia do Setor Público: Uma Abordagem Introdutória. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 1990.